

A FANTASIA DO SUFRÁGIO RESTRITO NEOLIBERAL NO PENSAMENTO DE JOANNE ROWLING

Pedro Klein Garcia

pedro.k.garcia@ufms.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

IV Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2024

Resumo. *Harry Potter é uma série de sete livros de autoria da britânica J.K. Rowling, com o primeiro volume sendo publicado em Londres, em 1997, e o último em 2007. Dentro do gênero de fantasia, os textos descrevem um conflito no âmbito de uma sociedade idílica pós-escassez com ecos utópicos pelo olhar infantil de um jovem durante sua adolescência, dos onze aos dezessete anos. Conhecida por sua atuação política, a autora insere-se em um discurso amplo sobre a distribuição e aos xeques ao poder em um contexto de fim da União Soviética e reposicionamento das forças de esquerda no mundo ocidental. Dessa forma, o presente trabalho enseja a identificação desses discursos no enunciado de literatura de massa a partir das formas que os arranjos políticos são imaginados pela autora, bem como de suas declarações enquanto figura pública a partir da notoriedade a ela disponibilizada por seu trabalho artístico. A hipótese que se defende é a do sufrágio restrito, onde a participação é limitada por um critério civilizatório arbitrário marcado pela concordância e manutenção das estruturas de poder político, social e econômico.*

Palavras-Chave. *Harry Potter, Direitos políticos, Trabalhismo britânico.*

Abstract. *Harry Potter is a series of seven books by British author J.K. Rowling, with the first volume being published in 1997 and the last in 2007. Within the fantasy genre, the texts describe a conflict within an idyllic post-scarcity society with utopian echoes through the childish gaze of a young man during his adolescence, from eleven to seventeen years old. Known for her political activity, the author is part of a broad discourse about the distribution and checks to power in a context of the end of the Soviet Union and the repositioning of leftist forces in the Western world. Thus, the present article gives rise to the identification of these discourses in the enunciation of mass literature from the ways that political arrangements are imagined by the author, as well as from her statements as a public figure from the notoriety made available to her by her artistic work. The hypothesis that is defended is that of restricted suffrage, where participation is limited by an arbitrary civilizing criterion marked by the agreement and maintenance of political, social and economic power structures.*

Keywords. *Harry Potter, Political rights, British Labour*

Resumen. *Harry Potter es una serie de siete libros de la autora británica J.K. Rowling, cuyo primer volumen se publicó en Londres en 1997 y el último en 2007. Dentro del género fantástico, los textos describen un conflicto dentro de una idílica sociedad post-escasez con ecos utópicos a través de la mirada infantil de un joven durante su adolescencia, de los once a los diecisiete años. Conocida por su actividad política, la autora se inscribe en un amplio discurso sobre la distribución y los controles al poder en un contexto de fin de la Unión Soviética y reposicionamiento de las fuerzas de izquierda en el mundo occidental. Así, el presente trabajo da lugar a la identificación de estos discursos en la enunciación de la literatura de masas a partir de las formas en que los arreglos políticos son imaginados por la autora, así como de sus declaraciones como figura pública a partir de la notoriedad que le otorga su trabajo artístico. La hipótesis que se defiende es la del sufragio restringido, donde la participación está limitada por un criterio civilizatorio arbitrario marcado por el acuerdo y mantenimiento de las estructuras de poder político, social y económico.*

Palabras clave: *Harry Potter, Derechos políticos, Laborismo británico*

Introdução

O conceito de democracia que se impõe às entidades políticas no mundo todo foi gestado no continente europeu. Os valores que grupos como a Freedom House utilizam para a construção de seus rankings são modelados a partir das leis e cultura nas quais eles estão inseridos. É de se esperar que esses países ocidentais ocupem as posições mais altas, que sejam pensados como exemplo de liberdade e participação.

Isso não significa, no entanto, que não haja conflitos sociais sobre direitos políticos. Vasak (1977) chama direitos como o sufrágio, o direito à vida, a liberdade de imprensa e do ir e vir como direitos de primeira geração. Enquanto o termo não implica em uma sucessão necessária, em que uma geração se resolve e se universaliza antes que a segunda comece a ser discutida, ele dá uma ideia de temporalidade, que ao menos a compreensão deles está mais avançada, que estamos mais próximos de uma versão final perfeita do que cada um é e como eles se operacionalizam dentro da sociedade, o que é marcadamente falso.

Mesmo democracias antigas e ostensivamente liberais como a França e a Grã-Bretanha possuem debates muito ativos sobre o mais básico dos direitos políticos, o sufrágio, isto é, o direito ao voto. O voto dos prisioneiros, dos analfabetos e dos jovens e crianças são assuntos que revolvem o debate acadêmico e popular dentro dessas

sociedades, e as complexidades da liberdade de movimento na União Europeia apresentam outros desafios, como a representação e o voto dos migrantes, europeus ou não.

Essa discussão se intensifica, no mundo ocidental, com o fim da União Soviética e ao longo dos anos 1990, deixando marcas relevantes nas mídias produzidas ao longo desse período. A coleção de livros *Harry Potter*, bem como suas sequências e produtos anexos, possui uma concepção marcante da divisão do poder político, sobretudo uma reflexão sobre aqueles que tem o direito de detê-lo. Trata-se de um debate que vem à tona com bastante relevância, haja visto o acirramento das polêmicas em que se envolve Joanne Rowling, motivando um retorno a sua obra, em busca de respostas e evidências desse pensamento, desse comportamento, desde o princípio.

Ademais, não se trata de uma abordagem inovadora. A comparação de estatutos reais e imaginários, literários, denomina-se na ciência jurídica como homilética. Postula-se que a observação de formas ficcionais de ordenamentos e procedimentos flexibiliza o entendimento do comportamento humano dentro dessas situações, que, em função das necessidades generalistas da norma, costumam ser aplainadas ou simplificadas (MASHBURN; WARE, 1995). Especificamente sobre o nosso corpus, podemos apontar o texto de Rauhoffer (2007) e o de Schneyer (2008) por suas similaridades.

De que forma, então, as concepções e reflexões de Rowling em sua série de livros reflete uma visão de direitos de expressão e organização política? Em estando desconexa das limitações materiais, culturais e políticas que existiam na Grã-Bretanha *fin de siècle*, que tipo de Estado ela visualiza como ideal? Que interação entre poder e sociedade ela visualiza como desejada? Como esses valores se operacionalizam na sociedade? Para tanto, inicialmente analisaremos o corpus, de modo a auferir a forma de como o governo em sua ficção se organiza. Em um segundo momento, como esse “Estado ideal” se relaciona com as declarações e posicionamentos políticos tomados pela autora para, enfim, observar-se de que forma se conceitualiza um direcionamento para a democracia e a divisão do poder na sociedade.

O Que É “Ministério da Magia”?

O cânone em *Harry Potter* evolui ao longo dos sete livros, com detalhes e expansões sendo adicionadas pela série, e depois além, por postagens no blog *Pottermore* de Rowling e mesmo em perguntas e respostas postadas em seu Twitter. Da mesma forma,

o que é e como se organiza o governo nesse universo se desenvolve de maneira difusa pela narrativa, sujeita às necessidades dos enredos e ao escopo de cada texto.

O Ministério da Magia se localiza em Scotland Place, em Westminster. É a localização de Whitehall, a sede da monarquia inglesa até um incêndio destruiu a maior parte de sua estrutura em 1698. Com a mudança do monarca para o Palácio de St. James, o terreno e as edificações que sobreviveram foram convertidas em escritórios para a burocracia, e o nome se transformou em metonímia para o serviço administrativo do Estado no Reino Unido.

Inicialmente, em *Pedra Filosofal*, Rowling (1997) o introduz de maneira secundária, em conjunto com a ideia de segredo sobre o elemento mágico. É dito que sua função primordial é a manutenção da segurança e da segregação das sociedades mágica e não-mágica, de modo a evitar que essa magia não seja usada para solucionar problemas que possam ser administrados de outras formas. A ideia parece ter permanecido no cânone, haja visto que a autora reitera essa afirmação, pontuando que o órgão foi formado justamente como resposta a imposição dessa separação, supostamente em 1701 (ROWLING, 2015a).

Para esse fim, o ministério é organizado em onze departamentos, cuidando da polícia e uso de magia, controle animal, relações internacionais, transportes, educação, esportes, e pesquisa e desenvolvimento, bem como um serviço de saúde e segurança para doenças e acidentes relacionados a feitiçaria e um departamento de zeladoria e suporte (ROWLING, 2003). Os cargos em cada um desses departamentos são providos por funcionários públicos de carreira, sendo o Estado o principal empregador nessa sociedade. Os salários e benefícios não são expressos em números, mas parece haver uma diferença grande na compensação e no prestígio das posições (ROWLING, 2015b).

A única posição provida por eleições nessa sociedade é a de ministro, que é escolhido por votação do Wizengamot. Similar às assembleias medievais, a corte acumula funções legislativas e judiciais (ROWLING, 2003). Os membros do parlamento não são sujeitos a um processo democrático, ao contrário, são indicados a partir do corpo burocrático do ministério e alguma forma de sucessão hereditária. Por conseguinte, quase todos os ministros advieram de famílias importantes na sociedade, os assim denominados puros-sangues (ROWLING, 2015a).

Os mágicos reconhecem a monarquia britânica, mas não se subscrevem às leis e ao governo não-mágico, mantendo um sistema de justiça separado, lidando com crimes

comuns e fantásticos cometidos por ou contra eles (ROWLING, 2005). Esse sistema de justiça é cruel, arbitrário e não permite recurso. A prática de tortura como forma de punição no sistema penitenciário é amplamente disseminada e aceita pelo público (ROWLING, 1999), sendo apenas questionada quando direcionada àqueles que se provam inocentes.

Por fim, é importante notar que o enredo não se reconhece a independência da República da Irlanda. O Ministério da Magia tem jurisdição sobre a totalidade das ilhas britânicas e não interage em momento nenhum com o governo em Dublin, o que não acontece com o Primeiro-Ministro em Londres.

O Estado que se apresenta é exíguo em serviços sociais. Enquanto haja uma atenção básica a saúde na forma de atendimentos de emergência e controle de endemias, os corpos desses indivíduos são descritos como impervios às doenças comuns como câncer, gripe e diabetes. Logo, esse tipo de doença não recebe atenção do Estado, e o sistema de educação, apesar de subsidiado, é privado e independente. A única função que se realiza de maneira minimamente consistente é a segurança e o controle social. Os contratos são mantidos pelo “voto perpétuo”, cuja consequência para o descumprimento é a morte.

Em forma, o Estado se assemelha com o “vigia noturno” da teoria neoliberal, na qual se atribui apenas a segurança da vida e da propriedade, bem como da manutenção dos contratos (NOZIC, 1974). Apesar do projeto de poder do neoliberalismo ser encontrado na prática desde o princípio da década de 1980, nesses quarenta anos, esse Estado minarquista não se configurou na realidade em nenhuma jurisdição. Parece que nenhum governo funcional é capaz de se abster a tal nível da sociedade. Trataremos como essa ficção é traduzida para as demandas sociais e das restrições econômicas.

Grã-Bretanha *fin de siècle*

A Europa do século XX foi um continente em um estado quase constante de crise e declínio. A Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a descolonização e as lutas sociais da década de 1960 caracterizam esses anos na sua parte ocidental.

Depois da Crise de 1929 contestar os pressupostos da economia clássica, mas sobretudo com o processo de reconstrução da Segunda Guerra Mundial, constitui-se um consenso político em torno de um modelo de economia política em torno do keynesianismo e da social-democracia. O papel do Estado na Europa Ocidental configura-se, de maneira geral, como intervencionista, altamente regulatório e garantidor de padrões

mínimos de sobrevivência, provendo atenção à saúde e educação em todos os níveis (ADAMS, 1999).

Enquanto essa política tenha conseguido consolidar a democracia no continente e concluir os processos de reconstrução e reassentamento dos emigrados das antigas colônias na África e na Ásia, a partir da década de 1970, o crescimento econômico, principalmente industrial, começa a diminuir de velocidade. Com um crescimento menor, as tensões entre capital e trabalho passam a se acumular e o consenso keynesiano começa a ruir. Nesse cenário, os choques do petróleo desencadeiam uma grave crise inflacionária, muito difícil de ser controlada.

Entre novembro de 1978 e fevereiro de 1979, ocorre o chamado Inverno do Descontentamento¹ na Grã-Bretanha. Consiste em uma série de greves que ocorrem simultaneamente e em solidariedade entre várias categorias e profissões, buscando uma melhoria nas condições econômicas do país, compensação das perdas para a inflação galopante e oposição às reformas propostas pelo Partido Trabalhista, exacerbado por condições climáticas severas (HAY, 2009).

O racha entre facções sindicalistas e corporativistas dentro do Partido Trabalhista, somado com a insatisfação profunda do eleitorado pelas dificuldades impostas pelas greves e o mau tempo, fez as atenções se voltarem a outras opções políticas apresentadas nas eleições de 1979. O Partido Conservador, liderado então por Margaret Thatcher, era o único que oferecia essa alternativa, haja visto que o Partido Liberal vivia as consequências de um grave escândalo, onde seu líder, Jeremy Thorpe, sofria investigações por tentativa de homicídio de seu amante homossexual, Norman Josiffe (PARRIS, 1996).

A plataforma do Partido Conservador se concentrou em pautas econômicas, voltadas a melhoria dos padrões de vida da classe trabalhadora urbana. Para tanto, o governo propôs o Right to Buy, um programa destinado ao auxílio de famílias inquilinas a comprar as casas populares onde moravam a preços fortemente subsidiados, combinadas a outras pautas de direita tradicionais, como a quebra dos sindicatos, diminuição de impostos, diminuição de índices de imigração e, no caso específico do Reino Unido, forte oposição à federalização (CARYL, 2014).

Apesar de o fortalecimento do Partido Conservador não ter sido muito expressivo, um aumento de 8,1% no número de votos em comparação com a eleição de outubro de

¹ O nome advém da abertura da peça *Ricardo III* de Shakespeare: “O inverno do nosso descontentamento foi convertido agora em glorioso verão por este sol de York, e todas as nuvens que ameaçavam a nossa casa estão enterradas no mais interno fundo do oceano.”

1974, dois efeitos impulsionam o poder do partido, o voto distrital majoritário e as tendências eleitorais da década de 1970. No voto distrital majoritário, não há uma eleição nacional, mas eleições separadas em cada um dos distritos, que elegem um representante ao Parlamento, que então decide o Primeiro-Ministro. Isso implica que uma pequena margem geograficamente localizada é muito significativa em termos de assentos. Da mesma forma, as eleições na década de 1970 eram muito apertadas, com um ano, 1974, não sendo possível formar um governo, fazendo que qualquer aumento seria o suficiente para formar maiorias.

Isso implica que as políticas neoliberais de Thatcher não gozavam do apoio popular irrestrito que sua margem parlamentar poderia indicar. Com efeito, seu primeiro governo fora muito difícil, com seu enfrentamento dos sindicatos e do aumento das greves e da solidariedade trabalhista. Não foi até o final da Guerra das Malvinas, em 1982, que o governo finalmente conseguiu emplacar seu programa de governo e gozar de uma popularidade significativa (CLARKE; STEWART; ZUK, 1986).

Em 1997, frente a exaustão das políticas de direita do Partido Conservador, Tony Blair e o Partido Trabalhista são eleitos ao governo do Reino Unido. Após o fim da União Soviética e a popularização do Consenso de Washington, os partidos de esquerda, sobretudo os trabalhistas, no mundo ocidental passam a temperar sua mensagem. O mesmo ocorre na Grã-Bretanha, por meio do New Labour.

O movimento inicialmente advoga pela abolição da chamada Cláusula IV da constituição do partido. Se lia então:

“[O Partido deve] assegurar aos trabalhadores braçais e intelectuais os frutos completos de sua indústria e a mais equitativa distribuição desses que possa ser possível na base da propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca, e o melhor sistema alcançável de administração popular e controle de cada indústria ou serviço.” (PARTIDO TRABALHISTA, 1920, trad. própria)².

Isto é, segundo sua constituição, o Partido Trabalhista era um partido comunista que buscava a revolução marxista e a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Com a falência dessa ideologia nos anos 1990, a ala direita do partido buscava

² No original: “To secure for the workers by hand or by brain the full fruits of their industry and the most equitable distribution thereof that may be possible upon the basis of the common ownership of the means of production, distribution and exchange, and the best obtainable system of popular administration and control of each industry or service.”

remover esse objetivo e perseguir um alinhamento mais próximo ao mercado, em um sistema de social-democracia como se apresentava na Europa Ocidental.

Com a liderança de Tony Blair, a Cláusula IV foi emendada na Páscoa de 1995. Ela lia, então, como:

“O Partido Trabalhista é um partido social-democrata. Ele acredita que pela força de nosso esforço comum nós podemos alcançar mais do que alcançaríamos sozinhos, de modo a criar para cada um de nós os meios de realizar nosso verdadeiro potencial e para todos uma comunidade onde o poder, riqueza e oportunidade estão nas mãos de muitos, não de poucos, onde os direitos dos quais gozamos refletem as obrigações que devemos, e onde vivemos juntos, livres, em um espírito de solidariedade, tolerância e respeito.” (PARTIDO TRABALHISTA, 1995, trad. própria)³.

O que se observa é uma alteração completa do espírito da regra, de um partido revolucionário para um sistêmico, voltado às demandas sociais das classes trabalhadoras integradas ao meio de produção capitalista. A partir dessa mudança, o manifesto do partido passou a refletir mais essas políticas sociais. O partido desistiu da reestatização, com a campanha de 1997 se concentrando principalmente no combate ao crime e responsabilidade fiscal, bem como com a federalização do país (ADAMS, 1999).

O misto de esquerda com direita, a denominada Terceira Via nos anos 1990, tinha forte apelo eleitoral no Reino Unido da época, produzindo a maior vantagem parlamentar para a esquerda britânica na história até então, com 418 assentos no total e 179 a mais que a oposição conservadora. As mesmas considerações de voto distrital majoritário se aplicam a esse caso, no entanto, com um aumento de apenas 8,8% no número de votos frente a eleição de 1992.

Ao contrário dos Conservadores na década de 1980, os Trabalhistas sofreram bem menos fricção ao chegar ao poder em 1997, mantendo altos níveis de popularidade e instituindo suas políticas com impressionante velocidade. Já em janeiro de 1998, a Grã-Bretanha se torna um Estado federal, com a abertura das assembleias da Escócia, Gales e da cidade de Londres, bem como a restituição do governo da Irlanda do Norte, dissolvido por lei marcial em 1972, com o Acordo de Belfast em 1999.

³ No original: “The Labour Party is a democratic socialist party. It believes that by the strength of our common endeavour we achieve more than we achieve alone, so as to create for each of us the means to realise our true potential and for all of us a community in which power, wealth and opportunity are in the hands of the many, not the few, where the rights we enjoy reflect the duties we owe, and where we live together, freely, in a spirit of solidarity, tolerance and respect.”

O contrato social estabelecido pelo New Labour manteve-se forte ao longo de quase dez anos, até os bombardeios ao metrô de Londres, em 2005, com 52 vítimas e quatro homens-bomba suicidas. O clima de securitização alterou profundamente a política britânica, com os eleitores responsabilizando o Partido Trabalhista em função de suas políticas migratórias e de segurança pública tidas como pouco severas (SALERNO, 2017). O evento é lembrado no Brasil sobretudo pelo assassinato de Jean Charles de Menezes, um electricista e migrante morador de Londres, confundido pela Polícia Metropolitana como um dos terroristas, de quem era coincidentemente vizinho.

Em resposta, o governo foi obrigado a aprovar uma série de medidas voltadas a restrição de direitos de mobilidade, privacidade e de expressão, dando poder à polícia de investigar e usar a força contra cidadãos de maneira truculenta (SALERNO, 2017). Outra proposta controversa foi a instauração de uma carteira de identidade nacional de porte obrigatório, o que não foi aprovado pelo Parlamento.

O atentado e a resposta atrapalhada propiciaram a queda do primeiro-ministro Tony Blair, substituído por seu aliado próximo, Gordon Brown. O novo chefe de governo continuou a perseguir as políticas estabelecidas pelo New Labour, mas, sofrendo também com a Crise Financeira de 2008, não conseguiu formar um governo após as eleições em 2009, dando espaço a um governo de coalisão entre Conservadores e Liberais-Democratas.

O que a queda de Blair demonstra é uma tensão ideológica entre esquerda e direita na Terceira Via, um posicionamento político que já estava muito desgastado no mundo ocidental de então. Tratava-se de um governo, ostensivamente, de esquerda, que buscava a igualdade de oportunidade, mas que se viu entrincheirado numa posição securitista e discriminatória que não conseguia manter. As mesmas tensões podem ser encontradas no pensamento de seus apoiadores, entre eles a autora Joanne Rowling. Observaremos essas contradições a seguir.

Joanne Rowling e Sua Política

Joanne Rowling nasceu em 31 de julho de 1965 e cresceu em Gloucestershire, na divisa entre o País de Gales e o oeste da Inglaterra. Ela se formou em Inglês pela Universidade de Exeter, em Cornwall, sudoeste da ilha, trabalhando como secretária em Londres durante a década de 1980. Com a recessão de 1991, a empresa em que trabalhava em Manchester a demitiu e ela se mudou para Porto, em Portugal, onde deu aulas de inglês durante a noite (SMITH, 2002).

Em Portugal, casa-se com o jornalista Jorge Arantes e tem sua primeira filha, nascida em julho de 1993. O casamento torna-se abusivo e Rowling retorna a Grã-Bretanha, se instalando no sul da Escócia. Entre novembro de 1993 e julho de 1995, a autora vive em situação de pobreza, sobrevivendo parcialmente de benefícios sociais. Os pagamentos eram exíguos, haja visto a deterioração do sistema de seguridade social no Reino Unido (SMITH, 2002). O primeiro livro de Rowling, *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, é lançado em 1997 para um forte sucesso comercial. Os direitos cinematográficos são comprados pela Warner Bros. em 1999 e o primeiro filme estreia em 2001.

Rowling possui forte identificação com New Labour. Ela é amiga pessoal de Gordon Brown. Foi doadora de campanha e deu declarações públicas apoiando a plataforma do partido em assuntos relacionados a liberdade de expressão e a federalização do Reino Unido, no tocante ao status da Escócia dentro da união, suas pautas mais caras.

Nas décadas de 1990 e 2000, essas eram pautas consideradas de esquerda, mas é importante pontuar que a Janela de Overton se deslocou nesse período, sobretudo justamente na federalização e no conceito de liberdade de expressão, um movimento que Rowling não acompanhou.

A principal força do movimento escocês é o Partido Nacional Escocês (Scottish National Party, SNP), cuja pauta única é a independência da Escócia perante o Reino Unido. Para tanto, em termos de alinhamento ideológico, o partido tende a fazer o movimento contrário do que quer que esteja no poder em Londres (LYNCH, 2002). Assim, conforme a política na Inglaterra se move à direita, a Escócia se move à esquerda, constituindo propostas identitárias às quais Rowling faz forte oposição. Dessa forma, ela acaba se encontrando atualmente no campo unionista, em oposição à federalização que ela um dia defendeu.

Mais importante para este trabalho, no entanto, é sua atuação no ativismo pelos direitos de liberdade de expressão. Em seu comentário sobre o livro verde do Ministério da Justiça (2007), sobre a proposta de reforma da governança democrática do governo central, Rowling discute uma das seções mais controversas, sobre cidadania e valores nacionais. Para ela, é esse direito que define a vida política no país.

Por outro lado, Joanne possui uma reputação de ser litigiosa contra a imprensa e cidadãos comuns, obtida após um processo contra um tabloide em nome de seu filho, David, em 2005, em função de uma imagem publicada. O caso foi considerado frívolo,

tanto pela opinião acadêmica da época, quanto pela corte de justiça, haja visto que a foto não era vexatória, foi tirada em ambiente público e se considera o interesse do público à vida das celebridades (BRIMSTEAD, 2008).

Sua posição política pode ser auferida pela “A Letter on Justice and Open Debate”. O texto, com contribuições de mais de vinte pessoas e 153 assinaturas, foi publicada na *Harper's Magazine*, de 7 de julho de 2020, e trata sobre um alerta de “iliberalismo” se disseminando pela sociedade americana frente às eleições daquele ano. A iniciativa recebera recepções polarizadas, principalmente nos campos à esquerda do centro nos Estados Unidos.

A carta aberta equaliza as ações e comportamentos de Donald Trump, um bilionário e, naquele momento, chefe de Estado da maior economia do mundo, com o comportamento geral do usuário de redes sociais e ativistas políticos de base, reagindo a acontecimentos como o assassinato de George Floyd algumas semanas antes. A profunda insatisfação de alguns grupos sociais representados nesses espaços perante seus equivalentes na mídia tradicional e nas universidades é visto como repressão dessas vozes. Em última instância, o texto sugere que apenas esses indivíduos, a elite intelectual, é habilitada a ter esses debates, a opinião e a interferência de atores outros só enfraquece a posição política que dizem compartilhar.

Outro ponto é sua atuação em movimentos feministas. Rowling está envolvida com grupos de Feministas Radicais Trans-Excludentes (*Trans-Exclusionary Radical Feminist*, TERF), apesar do termo ter sofrido derrogação e não ser, geralmente, reconhecido por seus membros (PEARCE; ERIKAINEN; VINCENT, 2020). Usando apelos a um “senso-comum” de biologia, seus membros buscam insular o debate feminista e a classe do ser mulher dos transgêneros, intersexo e outros indivíduos com expressões de gênero complexas (VECILLA, 2021), bem como, em menor medida, dos homens.

A lógica é a mesma que a carta aberta: só alguns grupos têm direito ao debate, à opinião pública. A medida daqueles que são dotados ou não desse privilégio é evidente em si mesma, não demanda justificativa ou embasamento filosófico ou científico, e é modelada em torno do eu e de suas convicções políticas. Para manter esse sistema, a força da lei, dos recursos econômicos, da própria plataforma de influência social, são mobilizados.

Considerações Finais

É pertinente lembrar o pivô de toda a controvérsia de Rowling, o que iniciou a reconsideração pública de seu trabalho.

“Vista-se da forma que desejar. Se chame do que preferir. Durma com qualquer adulto que te queira. Viva sua vida em paz e segurança. Mas forçar mulheres a se demitirem por acreditar que sexo é real?” (ROWLING, 2019, trad. própria)⁴.

Os assuntos tratados, os direitos das pessoas LGBT e a liberdade de expressão, são distintos o suficiente para serem tratados em separado, mas também tem suas relações. Em última instância, a ideologia TERF se baseia na restrição da categoria de mulher em um critério naturalizado, alegadamente racional.

Uma discussão sobre lugares de fala possui sua validade. A experiência que os vários grupos sociais têm no espaço compartilhado e como esses relatos pode contribuir para a democratização e a equalização das oportunidades econômicas, mas o pertencimento a um grupo marginalizado não pode ser usado como ferramenta para oprimir outros.

Para Rowling, a “bondade” é licença para qualquer comportamento. Os bons são eximidos de responsabilidade e dotados de poder absoluto, pois possuem o interesse social em mente. É tão melhor se essas pessoas, pessoas como ela, moldem o mundo a sua imagem. No entanto, essa postura é antitética ao desenvolvimento da democracia na sociedade. Ela demonstra essa postura retórica em seu trabalho literário, mas também por meio do seu ativismo político. Mesmo suas pautas mais liberais, a posição da Escócia na Grã-Bretanha principalmente entre elas, possui um limite muito claro, que é a manutenção das estruturas de comando e controle emanando de uma figura de autoridade.

Democracia não se limita a representatividade do poder político junto à sociedade, muito menos pela regularidade de eleições. É algo que se dissemina em todos os espaços, baseado na dignidade humana e na autodeterminação, e, nisso, se coloca em interface com as estruturas de produção econômica, da relação entre as etnias e os gêneros, a expressão da sexualidade. Enquanto pessoa de alta influência social, com poderosa plataforma, Rowling se apresenta confortável em se colocar em oposição a esse ideal, quando lhe convenha. É essencial analisar seu trabalho a partir dessa lente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴ No original: “Dress however you please. Call yourself whatever you like. Sleep with any consenting adult who’ll have you. Live your best life in peace and security. But force women out of their jobs for stating sex is real?”

ADAMS, Ian. **Ideology and Politics in Britain Today**. Manchester: Manchester University Press, 1999.

BERNDT, Ernst. **From Technocracy to Net Energy Analysis: Engineers, Economists And Recurring Energy Theories Of Value**. Working paper (Sloan School of Management): 1353-82. 1982. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/2023>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRIMSTED, Kate. The JK Rowling Photo Case: Are Privacy Rights Evolving for the Online Era?. **Computer Law & Security Review**, v. 24, n. 5, p. 465-468, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.clsr.2008.07.005>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CLARKE, Harold; STEWART, Marianne; ZUK, Gary. Politics, Economics and Party Popularity in Britain, 1979–83. **Electoral Studies**, v. 5, n. 2, p. 123-141, 1986. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0261-3794\(86\)90002-8](https://doi.org/10.1016/0261-3794(86)90002-8)>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CARYL, Christian. **Strange Rebels: 1979 and the Birth of the 21st Century**. Londres: Hachette, 2014.

HAY, Colin. The winter of discontent thirty years on. **The Political Quarterly**, v. 80, n. 4, p. 545-552, 2009.

LYNCH, Peter. **SNP: The History of the Scottish National Party**. Cardiff: Welsh Academic Press, 2002.

MASHBURN, Amy; WARE, Dabney. The burden of truth: reconciling literary reality with professional mythology. **University of Memphis Law Review**, v. 26, p. 1257, 1995.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Governance of Britain**. Londres, 2007.

NOZICK, Robert. **Anarchy, State, and Utopia**. Nova York: John Wiley & Sons, 1974.

PARRIS, Matthew. **Great Parliamentary Scandals: Four Centuries of Calumny, Smear and Innuendo**. Londres: Robson Books, 1996.

PARTIDO TRABALHISTA. **Labour Party Rule Book**. 1920.

_____. **Labour Party Rule Book**. 1995.

PEARCE, Ruth; ERIKAINEN, Sonja; VINCENT, Ben. TERF Wars: An Introduction. **The Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 677-698, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038026120934713>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

RAUHOFER, Judith. Defence Against the Dark Arts: How the British Response to the Terrorist Threat is Parodied in JK Rowling's "Harry Potter and the Half Blood Prince". **International Journal of Liability and Scientific Enquiry**, v. 1, n. 1-2, p. 94-113, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1504/IJLSE.2007.014584>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ROWLING, Joanne. **Harry Potter and the Philosopher's Stone**. Londres: Bloomsbury, 1997.

_____. **Harry Potter and the Prisoner of Azkaban**. Londres: Bloomsbury, 1999.

_____. **Harry Potter and the Order of the Phoenix**. Londres: Bloomsbury, 2003.

_____. **Harry Potter and the Half-Blood Prince**. Londres: Bloomsbury, 2005.

_____. Ministers for Magic. **Pottermore**. Londres, 10 ago. 2015a. Disponível em: <<https://www.wizardingworld.com/writing-by-jk-rowling/ministers-for-magic>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. Dolores Umbridge. **Pottermore**. Londres, 10 ago. 2015b. Disponível em: <<https://www.wizardingworld.com/writing-by-jk-rowling/dolores-umbridge>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

_____. **Dress however you please. Call yourself whatever you like. Sleep with any consenting adult who'll have you. Live your best life in peace and security. But force women out of their jobs for stating sex is real?**. Twitter. 19 dez. 2019.

SALERNO, Daniele. The politics of Response to Terror: The Reshaping of Community and Immunity in the Aftermath of 7 July 2005 London Bombings. **Social Semiotics**, v. 27, n. 1, p. 81-106, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10350330.2016.1151681>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHNEYER, Kenneth. No Place to Stand: The Incoherent Legal World of JK Rowling. In: GOETZ, Sharon. **Terminus**: Collected Papers on Harry Potter, 7-11 August 2008. Sedalia: Narrate Conferences, 2008.

SMITH, Sean. **JK Rowling**: A Biography. Londres: Arrow Books, 2002.

SMYTH, William Henry. "Technocracy": Ways and Means to Gain Industrial Democracy. **Industrial Management**, v. 57, n. 5, 1919.

VASAK, Karel. A 30-Year Struggle: The Sustained Efforts to Give Force of Law to the Universal Declaration of Human Rights. **The UNESCO Courier**: A Window Open on the World, v. XXX, n. 11, 1977. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000074816>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

VECILLA, Inés de la Villa. 'You are a TERF': discursive-semantic analysis of the use of the acronyms TERF and TRA in the trans-inclusive and trans-exclusionary radical feminism conflict. **Estudios Interlingüísticos**, n. 9, p. 60-76, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8173055>>. Acesso em: 22 ago. 2024.